

DOIS MESES DEPOIS DO MASSACRE DE XITAXI

Para quando uma explicação oficial sobre o assassinato de 52 jovens no distrito de Muidumbe?



Da esquerda para direita: Amade Miquidade, Ministro do Interior, e Jaime Neto, Ministro da Defesa Nacional

Em meio ao silêncio perturbador, Moçambique assinalou ontem, segunda-feira, 08 de Junho, a passagem de dois meses após o massacre de 52 jovens na aldeia de Xitaxi, distrito de Muidumbe, em Cabo Delgado.

Além da promessa (ainda) não cumprida de apresentação pública de relatório sobre a ocorrência, nem o Governo, nem as Forças de Defesa e Segurança (FDS) se lembraram dos “mártires de Xitaxi”, a designação póstuma que ganharam os jovens da remota aldeia do distrito de Muidumbe que, no dia 8 de Abril último, foram executados por terroristas após se terem recusado a integrar as suas fileiras.

O massacre de 52 jovens ocorreu numa semana (de 6 a 12 de Abril) em que os terroristas lançaram uma série de ataques em Muidumbe: além da vila sede do distrito (Namacande), foram assaltadas várias aldeias, com destaque para Mienguelewa, Muatide, Xitaxi e Ntchinga, esta última referência histórica por ter albergado uma importante base militar da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) durante a luta pela independência.

Na mesma semana, começaram a circular informações que davam conta de que os terroristas teriam capturado dezenas de jovens, mas outras falavam de um número “assustador” de jovens decapitados nas aldeias de Muidumbe.

Doze dias depois da ocorrência, isto é, no dia 20 de Abril, o Comando-geral da Polícia quebrou o silêncio e anunciou a morte de 52 jovens na aldeia de Xitaxi, classificando a ocorrência como uma “acção bárbara do terrorismo” que assola os distritos do centro e norte de Cabo Delgado.

Uma semana depois do anúncio do Comando-geral da Polícia, era a vez do Governo, através do Ministro da Defesa Nacional (MDN), fazer uma declaração à imprensa na qual reforçava a informação sobre o massacre de Xitaxi. “As FDS honram a memória dos 52 mártires, jovens, homens e mulheres que foram barbaramente massacrados neste acto de terror. Por isso, rendem a homenagem a estes jovens audazes e patriotas que deram uma lição de pertença à Pátria”, lê-se no comunicado do MDN de 28 de Abril.

No mesmo documento, o MDN diz que o massacre surge “como lição às pesadas baixas que os extremistas” estariam a sofrer como resultado da pronta resposta das FDS às suas investidas. As forças governamentais reclamavam ter assassinado 128 terroristas entre os dias 7 e 12 de Abril.

Na mesma declaração, o Governo anunciou que as FDS iriam partilhar com os moçambicanos as circunstâncias em que os 52 jovens foram massacrados por grupos terroristas. “Para melhor perceberem as circunstâncias em que este bárbaro massacre aconteceu, as FDS destacaram uma equipa de especialistas que se encontra no terreno a fazer a avaliação e a produzir um relatório para os moçambicanos e o mundo inteiro entenderem a

ocorrência de Xitaxi”.

Entretanto, 42 dias depois da promessa, as FDS ainda não apresentaram nenhum relatório sobre as circunstâncias em que ocorreu o massacre e nem sequer avançaram informação sobre o estágio do trabalho.

A falta de uma informação oficial sobre as circunstâncias em que o massacre ocorreu e o ruidoso silêncio que marcou a passagem dos dois meses após a ocorrência remete para o esquecimento dos chamados “mártires de Xitaxi”. Este massacre não pode ser apagado da memória colectiva, pois ele representa uma das fases mais críticas da história recente de Moçambique.

Tal como prometido pelo Governo, as FDS devem apresentar publicamente o relatório sobre o massacre, não só para informar aos moçambicanos, mas também para honrar a memória dos 52 jovens. É que não basta declarar em comunicados que as “FDS honram a memória dos 52 mártires”, é preciso demonstrar com actos que o sangue derramado pelos jovens não foi em vão.

Depois de terem falhado na sua missão de garantir de segurança às vítimas e neutralizar ataques violentos contra civis, o máximo que as Forças de Defesa e Segurança (FDS) podem fazer é avaliar e compreender as circunstâncias em que o massacre ocorreu para evitar que actos como este não voltem a acontecer. As comunidades de Cabo Delgado, sobretudo os jovens, precisam sentir a presença do Estado nas suas vidas para compreenderem que o Governo está preocupado com a sua situação.

COVID-19

STATE OF EMERGENCY AND HUMAN RIGHTS IN MOZAMBIQUE

Report human rights abuse during the state of emergency in mozambique

From April the 1st to the 30th, 2020

CALL NOW:
87 85 33 330

WhatsApp

Respect human rights in Mozambique. Spread the word! COVID-19 An initiative of:

Help respect human rights Mozambique. Spread the word!

COVID-19

ESTADO DE EMERGÊNCIA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

Denuncie os abusos contra os Direitos Humanos em Moçambique

De 01 a 30 de Abril de 2020

LIGUE JÁ:
87 85 33 330

WhatsApp

Respeite os Direitos Humanos na resposta ao COVID-19. Passe a palavra! Uma iniciativa:

Ajude a respeitar os Direitos Humanos em Moçambique. Passe a palavra!

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
 Telefone: 21 41 83 36

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

